

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que o Presidente do Conselho de Administração do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. apresenta o Relatório Anual do exercício económico 2021, onde reforçamos os nossos compromissos com a sustentabilidade, trazendo os principais marcos e resultados do período e o modo como criamos valor e Confiança para nosso público-alvo.

Tal como o ano anterior, o ano de 2021, foi dominado pela propagação e surgimento de novas variantes do COVID-19, cuja velocidade de contaminação surpreendeu o Mundo, tornando-se numa pandemia num curto espaço de tempo, o que levou os países a contabilizar avultados prejuízos económicos, além de significativas perdas humanas. Esta situação representou quer para o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. quer para o governo um enorme desafio que obrigou a adopção de planos de contingência para controlar a sua disseminação a nível interno e atenuar o impacto sobre a economia e os negócios.

Entre as medidas adoptadas no plano de contingência nacional, destaca-se a implementação do primeiro Estado de calamidade pública no País, que impôs várias limitações a toda a actividade económica e social. Ao mesmo tempo, foram tomadas outras medidas urgentes como a revisão do Orçamento Geral do Estado, que visou acomodar o impacto da crise no preço e na resposta a produção nacional. Quanto aos apoios externos, o nosso País beneficiou de um aumento nos desembolsos previstos pelo FMI para fazer face aos desafios impostos pela pandemia e da adesão aos programas de suspensão de dívidas de credores internacionais.

Para o sector privado, o Governo criou um conjunto de medidas de alívio económico, que se consubstanciaram no reforço das linhas de financiamentos para as empresas, e camponeses através do programa Sustenta.

A política monetária também teve de se adequar ao contexto, adoptando-se uma postura mais flexível na gestão da liquidez do sistema bancário de modo a que os bancos pudessem suportar as pressões e apoiar melhor a economia. Isto justificou a implementação de importantes medidas com realce para a abertura de linhas de liquidez para empresas e bancos e gestão prudente das taxas de juros.

No sistema financeiro, o cenário de crise pandémica impactou a solidez do sistema, com realce para o aumento do peso dos custos administrativos e para a redução do produto bancário do sistema. O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. enquanto entidade que assume o seu papel social, não se colocou à margem dos acontecimentos recentes, tendo, em alinhamento com os seus valores e princípios assumidos e identificados em determinados momentos, contribuindo assim de diferentes formas para o esforço colectivo da sociedade na busca de soluções de prevenção e combate à pandemia da Covid-19.

Não obstante, ao contexto desafiante que se viveu ao longo do ano, o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. não deixou de manter o foco nas necessidades dos seus clientes, conhecendo melhor cada perfil, melhorando a oferta de produtos e serviços e objectivando sempre a inovação contínua das suas plataformas de suporte ao negócio, apresentando a sua oferta para o que hoje considera um mercado com maiores níveis de exigência. Mantivemos resilientes e reforçamos o nosso compromisso com sustentabilidade e criamos valor e confiança para os nossos clientes, accionistas, investidores, trabalhadores, parceiros e Governo.

A nível do Capital Humano, o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., continuou a apostar forte nos quadros nacionais, tendo registado a contratação de mais um Colaborador ao longo do ano, mantendo o seu foco na qualificação das competências dos seus recursos mais valiosos, com o objectivo de reforçar sempre os seus conhecimentos e ética profissional. É uma preocupação constante do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., ser e partilhar o exemplo para a sociedade, mostrando os valores, visão e crenças que preservamos

Durante o ano 2022, O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. continuará acompanhar de perto os factores da pandemia e o seu impacto no negócio e adaptar a sua actuação de forma a continuar a cumprir com seus objectivos estratégicos.

Ainda assim e com uma visão optimista em relação à evolução da economia e do mercado, o Microbanco perspectiva para o ano de 2022 o início de um novo ciclo de implementação estratégica de introdução de depósitos, que dará à aposta na oferta e inovação de serviços na zona rural, usando canais digitais para melhoria da qualidade de serviço e o reforço do envolvimento com os seus clientes, perspectivando o alcance e consolidação do objectivo de “Oferecer a melhor experiência de serviços financeiros Rurais com recursos a canais digitais”.

Estamos trabalhando na adaptação do modelo de organização e funcionamento às melhores práticas, e continuamos investir na transformação digital para atendimento que promova inclusão aos nossos clientes e estabelecimento de uma estrutura multicanal de oferta remota de produtos e serviços dando suporte a operação e consolidando a relação com a carteira de clientes, através desta plataforma multicanal que vai agregar canais eletrónicos de internet banking, mobile banking, sms banking e rede

de agentes bancários nas localidades onde ainda não estamos presente. Essa será uma experiência de uso incrível, encantadora e que promova a inclusão aos nossos clientes proporcionando soluções financeiras mais simples, prática, sem burocracia e justos para um futuro com Confiança.

E para avançarmos neste projecto de transformação digital, foram aprovados investimentos adicionais para novas tecnologias até 2022. Tudo isso para trazer mais proximidade, simplicidade, efectividade e conveniência para nossos clientes na consolidação da nossa actuação para além da presença física, com a integração e especialização do atendimento, oferecendo comodidade e agilidade aos nossos clientes, numa perspectiva de fazer transações por meio de plataformas digitais.

Queremos avançar ainda mais em busca de novas oportunidades de gerar valor e confiança para nossos clientes e contribuirmos também na preservação do meio ambiente. Agiremos activamente, entendendo o contexto de vida dos nossos clientes, antecipando suas necessidades e com soluções adequadas.

PRINCIPAIS DESTAQUES

- Aumento do Capital social em mais 100.000.000,00MT (cem milhões de meticais) para reforçar as exigências e capacidade financeira, sustentar o desenvolvimento da atividade do Microbanco, aumentar a rentabilidade e gerar retorno aos accionistas.
 - ❖ “Este aumento é objecto de aprovação pelo Banco de Moçambique (entidade reguladora). O pedido de aprovação e Registo Especial já foi submetido, aguardando devida aprovação e comunicação para ser incorporado”
- Elaboração do Plano Director de introdução de Poupanças para melhoria de ofertas àquilo que o cliente espera.
- Estratégia de transformação do Microbanco mais digital- Essencial investimento em tecnologia com foco na transformação digital para acompanhar as demandas dos clientes em relação a comodidade, conveniência e diversidade de serviços para início e manutenção de relacionamentos e soluções que visam servir melhor nossos clientes,
- Num ano tão desafiador e transformador em decorrência da pandemia que frustrou o ritmo de retoma de actividades e no crescimento da economia no País que também contaminou as perspectivas de crescimento dos nossos clientes, o Banco de Moçambique em parceria com KFW, aprovou um fundo de subvenção para apoio a MPME's e pequenos empreendedores afectados pela pandemia para que pudessem superar as adversidades:
 - ❖ O Microbanco, concentrou esforços oferecendo um atendimento de qualidade, apoiando seus clientes para acesso ao fundo de SUBVENÇÃO disponibilizado, tendo conseguido gerar cerca 42.835.676,40 meticais (quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco e seiscentos e setenta e seis meticais e quarenta centavos) e beneficiando directo a 562 clientes,
- E ainda no âmbito da literacia e inclusão financeira, continuamos com acções de palestras e campanhas de sensibilização aos nossos clientes.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A Governação Corporativa constitui um conjunto de relações definidos e monitorados de modo a promover a transparência e controlo dos riscos e a especificação das responsabilidades e autoridade dos diversos intervenientes entre a gestão, accionistas e outras partes interessadas.

Os Órgãos de Governação do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. são compostos por quadros vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras com o objectivo de prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, com respeito pelas melhores práticas e os melhores princípios da boa e prudente gestão.

O Modelo de funcionamento do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. está estabelecido nos seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras vigentes no sistema financeiro de Moçambique e demais legislação aplicável.

O Microbanco possui governação corporativa sólida com desempenho eficaz e eficiente dos órgãos de administração com decisões da gestão e o papel das três linhas de defesa que constitui um elemento essencial no funcionamento seguro, sólido, prudente, e uma adequada cultura de valores.

Na estrutura de governação de riscos, busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva (garantir uma postura prospera) para Microbanco. Nas Notas explicativas às demonstrações financeiras, expressa garantir que todos os riscos por ela incorridos são devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados,

controlados, mitigados e reportados e adota três linhas de defesa para identificação e monitoramento dos riscos e controles, conforme responsabilidades definidas abaixo:



Para responder aos desafios da Pandemia, o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. continuou a desenvolver um conjunto de acções para apoiar seus clientes, colaboradores e parceiros no combate aos efeitos da Covid 19. Esses factores foram visíveis na evolução da qualidade da carteira de crédito, tendo assumido medidas de reestruturação de crédito e perdão de encargos.

ANÁLISE FINANCEIRA

Não obstante ao contexto, o ano foi caracterizado por uma performance aceitável e fechou o exercício 2021 com um resultado líquido positivo de 7.653.313 Meticais revelando uma recuperação na ordem de 48% sobre o prejuízo alcançado em 2020 de 16.292.646 Meticais.

Para este resultado contribuiu nos Proveitos Operacionais ao ter apresentado um aumento expressivo na ordem de 5% fixando em 138.915.492 Meticais para 2021 e 130.949.362 Meticais para 2020, bem como diminuição de custo com imparidades que registaram uma tendência decrescente na ordem de 43% em relação ao período anterior. Os factores que compõem esse resultado são analisados mais detalhadamente no Relatório de Notas as demonstrações financeiras do exercício, apresentado nas páginas 20 à 66.

A margem financeira revelou uma evolução favorável ao aumentando 10% face aos 143.883.890 Meticais alcançados em 2021, contra os 131.118.409 Meticais alcançados em 2020.

A evolução positiva da margem financeira esteve relacionado com juros gerados pela carteira de crédito, redução do custo com imparidades e pela redução do custo do Funding através da contratação de fundos com preço razoável.

Os Custos Operacionais (Custos com Pessoal, Gastos administrativos, amortizações e Provisões) a 31 dezembro de 2021 cifram se em 130.153.538 Meticais contra 122.291.700 Meticais em 2020, com incremento razoável e materialidade significava.

O Total da Carteira de crédito a clientes (bruta) situou-se em 21% acima do observado no período homólogo, tendo atingido a 31 de dezembro de 2021 o valor de 316.670.659 Meticais contra 273.286.365 Meticais.

Com o objectivo de diversificar o risco de concentração na concessão de crédito, lançou-se o produto de crédito FAE visando potencializar o financiamento ao consumo a agentes e funcionários de estado e ainda refinamento do produto AGRICOLA visando fortalecer o financiamento a pequenos camponeses, agricultores e prestadores de serviços em áreas conexas, cobrindo as necessidades de toda a cadeia de produção, garantindo assim a produção e comercialização satisfatória dos seus produtos.

Em termos prudenciais o Microbanco continuou a apresentar uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 276.846.844 Meticais e o Rácio de Solvabilidade foi 52,43%, acima do mínimo de 12% legalmente exigidos aos Microbancos (esses indicadores não incluem ainda o valor do aumento de capital realizado, uma vez ainda não aprovado pelo regulador).

PREVENÇÃO E COMBATE À BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

O Microbanco leva muito sério o assunto e não assume risco de crédito com clientes que:

- Estejam enquadrados em crimes de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo,
- Exercam qualquer atividade ilícita ou responsáveis por dano doloso ao meio ambiente;
- Ofereçam garantias provenientes, directa ou indirectamente, de atividades ilícitas.

Para lidar com esse tema, conta com a Política de Prevenção e Combate à Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e tem levado a cabo programas regulares de treinamento de pessoal incluindo membros do C.A. para cumprimento de leis e regulamentação aplicável.

A Auditoria Interna avalia regularmente a efetividade do processo relacionado à prevenção e combate à Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, apontando a necessidade de adotar ações para o aprimoramento dos controles e a mitigação dos riscos envolvidos. O processo também é avaliado periodicamente pela Auditoria Externa, que contempla normas, procedimentos, sistemas de monitoramento, programa de treinamento e cumprimento de leis e regulamentação aplicável.

PLANO ESTRATÉGICO E PERSPECTIVA DO NEGÓCIO

O Planeamento Estratégico para o triênio 2019-2022 tem como premissa introdução de poupanças e consolidação da missão na oferta de soluções financeiros na zona Rural sobretudo nas cadeias de valores do sector produtivo, atuando como peça fundamental na oferta destas soluções através de plataformas digitais tornando fácil, acessíveis, rápidas para agregar valor e confiança aos seus clientes, assegurando a sustentabilidade do negócio. A gestão definiu como

um de seus principais eixos ampliar a carteira de clientes e acelerar o projecto de introdução de Poupanças e Transformação digital.

Visão

Ser um Microbanco distinto no mercado, voltado para soluções financeiras Inovadoras.

Missão

Prover soluções financeiras inclusivas e sustentáveis com impacto Socioeconómico as comunidades rurais.

NOSSAS CRENÇAS: NOSSOS VALORES

O Microbanco dispõe de um Código de Conduta que consagra os princípios de actuação e as normas de conduta profissional observados no exercício da sua actividade, aplicáveis a todos os colaboradores e membros dos órgãos de gestão. Estes princípios que movem as atitudes e direcionam as relações, entregas e acções estão assentes na seguinte base:

- ✓ Deveres éticos: princípio da igualdade de tratamento de todos os clientes, deveres de profissionalismo, seriedade, competência, diligência, lealdade, neutralidade e integridade, princípio da prevalência dos interesses dos clientes sobre o interesse dos trabalhadores, dever de sigilo, de colaboração com todas as autoridades de supervisão Bancária, deveres de conduta interna;
- ✓ Princípios gerais relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; e;
- ✓ Princípios gerais sobre a comunicação de fraudes, irregularidades e tratamento de reclamações de clientes.

Valores

Integridade, Profissionalismo, Responsabilidade Social, Trabalho em Equipa e Inovação.

Esses são os valores dos quais não abrimos mão e que nos identificamos a cada dia e eles representam a evolução perante nossos clientes, partes relacionadas, Governo e Regulador e acreditamos que nos farão crescer ainda mais forte e prudente.

RECURSOS HUMANOS

O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. considera o seu capital humano um factor importante na prossecução dos objectivos e dispõe de melhores profissionais que ajudam na missão/visão de simplificar a vida financeira de seus clientes, da instituição e partes relacionadas de forma profissional e responsável. Num ano ainda de muitas incertezas gerada pela pandemia com consequente impacto adverso na vida de pessoas e instituições, o Microbanco manteve foco nas melhores práticas de gestão de capital humano no sentido de garantir continuidade, estabilidade e eficiência operacional.

Finalizamos o exercício findo a 31 de Dezembro de 2021 com 97 colaboradores trabalhando para criar confiança mais incrível aos nossos clientes e partes relacionadas.

A Gestão de Recursos Humana centra se numa política de remuneração consistente cujos objectivos, valores, interesses e solvabilidade no longo prazo e tem como princípios gerais:

- o Regras clara, simples, transparente e alinhada com a cultura e os valores tendo em conta a natureza do sector de actividade;
- o Princípios de proporcionalidade e a competitividade suficiente para atrair e retenção dos colaboradores, bem equidade interna promovendo o sentimento de justiça e coesão das equipas;
- o Mensuração e mitigação constante de risco para evitar situações que potenciem conflitos de interesse.

Na determinação da actualização da remuneração individual e outros benefícios, tem como base avaliação de desempenho respectivo (objectivos e competências), de acordo com as funções e a situação económica e financeira do Microbanco. A política de remuneração dos colaboradores

assenta nos seguintes instrumentos:

- Descrição de funções;
- Qualificações exigidas para funções;
- Tabela salarial (de acordo com a lei);
- Sistema de avaliação e gestão de desempenho.

Nos dois últimos anos o número de colaboradores seguiu uma tendência estável, conforme abaixo se segue:

Staff	2021	2020
Homens	58	58
Mulheres	39	38
Total	97	96

Ao longo dos últimos dois anos, a distribuição do efectivo por género tem estado a demonstrar uma tendência equilibrada, sendo que em 2021 e 2020 manteve-se o peso de representatividade por género em 35% para as mulheres e 65% para os homens.

Para fazer face à pandemia, o Microbanco definiu uma estratégia baseada na prevenção e proteção da saúde e bem dos seus colaboradores e consequente mitigação do risco operacional para o negócio, com destaque para a elaboração do Plano de Contingência, com os respetivos triggers de ativação, bem como o organigrama de atuação, que contempla o Comité Executivo e Equipa Gestão de Crise.

AGRADECIMENTOS

Reiteramos o compromisso de no ano de 2022, continuar na rota de crescimento, da nossa actividade no segmento do crédito, fazendo as parcerias certas para o nosso negócio e apostar na expansão dos canais de atendimento, procurando estar mais próximo dos nossos clientes.

Em nome do Conselho de Administração do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., eixamos uma palavra de agradecimento e apreço aos nossos Colaboradores, pelo seu empenho, competência e profissionalismo. Congratulamos os nossos estimados stakeholders, que nestes anos difíceis e de muitos desafios, nunca deixaram de nos brindar com o seu compromisso e confiança, mantendo o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. sólido com o rumo bem definido. Reforçamos que todos, incluindo de nós ambicionamos sempre o melhor para os nossos stakeholder e para Moçambique e o mundo.

A todos, nossos sinceros agradecimentos

Bela Vista, Fevereiro de 2022

Atentamente

Bernardo Luís Tembe

(PCA)

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores Accionistas do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No decurso deste exercício, acompanhamos na oportunidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução das actividades do Microbanco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, e dos diversos serviços internos as informações e os esclarecimentos solicitados.

Examinou o Balanco e as demonstrações de resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, apresentam-se claros e satisfazem requisitos legais, assim como contem as menções obrigatórias, deles contendo todas elementos indispensáveis.

A Demonstração de Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral do Microbanco para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 espelham um Lucro de 653.314 Meticais o qual traduz o resultado da actividade do Microbanco.

Que a demonstração dos Fluxos de Caixa e seus equivalentes apresentou um saldo de 42 238 479Mt

O relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Microbanco no exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

Foi notório também que a Auditoria Interna esteve sempre focada em acrescentar valor a gestão de diversas unidades orgânicas, tendo como principal objectivo a avaliação do cumprimento dos procedimentos e princípios estabelecidos.

Apreciou de igual modo o relatório dos auditores externos, a CAT CON-

SULTORES, LDA, relativa as demonstrações financeiras do Microbanco do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, cujo âmbito da auditoria e opinião expressa mereceu sua concordância.

Considera que as demonstrações financeiras e o relatório do conselho de administração, bem como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro, pelo que recomenda sua aprovação em assembleia geral dos accionistas.

O Conselho Fiscal deseja expressar o seu agradecimento ao Conselho de Administração e seus colaboradores pela dedicação e zelo e valiosa colaboração que lhe foi prestada.

Bela Vista, Fevereiro de 2022

O Conselho Fiscal

Samora Sique - Presidente _____

Vasco Muchanga - Membro _____

Eneida Pereira - Membro _____

Âmbito das Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) que deem uma imagem fiel da situação financeira do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. no termo do exercício, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e outras informações contidas no presente relatório.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas e foram feitas estimativas razoáveis. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas durante o exercício.

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Microbanco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco no Microbanco centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o negócio.

A função de auditoria interna do Microbanco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito, analisa, avalia e quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O departamento de Auditoria interna, juntamente com os externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. A Auditoria está convencida que os auditores externos são independentes. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do Microbanco e pelo Microbanco Central.

O Microbanco adopta uniformemente políticas contabilísticas adequadas e reconhecidas e as normas do Microbanco de Moçambique, sendo estas suportadas por avaliações e estimativas razoáveis e prudentes, numa base coerente. As demonstrações financeiras anuais do Microbanco cumprem as NIRFs.

É da responsabilidade dos auditores independentes, CAT Consultores, Lda avaliar a apresentação apropriada das demonstrações financeiras anuais. O seu relatório sem ressalvas, destinado aos accionistas do Microbanco.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2021, constantes das páginas 12 a 66, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., em 20 de fevereiro de 2022 e vão assinadas em seu nome pelo:

Atentamente

O Conselho de Administração

Bernardo Luís Tembe

(PCA)

Paulo Cuvila

(Administrador)

Francisco Cuamba

(Administrador)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS

ACCIONISTAS DO MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.

MAPUTO

Opinião

Auditamos as Demonstrações Financeiras anexas do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.** relativas à 31 de Dezembro de 2021, que compreendem a Posição Financeira (que evidencia um Activo total de **546.920.791** Meticais e Capital Próprio no montante de **392.140.949** Meticais, incluindo um resultado líquido positivo de **7.653.314** Meticais), a Demonstração de Resultados, relativas ao período findo naquela data, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e Notas às Demonstrações Financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos destas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o *Código de Ética para os Contabilistas Profissionais (Código IESBA)* e com base nos demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa opinião.

Ênfase

Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo acima, chamamos a vossa atenção para o facto dos fundos próprios incluírem um montante de aumento da capital social de 100.000.000 MT (Cem Milhões de Meticais) que aguardam aprovação do Banco de Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação que compreende a declaração de responsabilidade da Administração. A outra informação não inclui as Demonstrações Financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das Demonstrações Financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.**, é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções devido a erro ou fraude.

Quando prepara demonstrações financeiras o Conselho de Administração, é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração, tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA's detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter mantemos cepticismo profissional durante a

auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.**;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.**, para dar continuidade às suas actividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maputo, 24 de Fevereiro de 2022

CAT CONSULTORES, LDA

14/SCA/OCAM/2015

Agostinho A. Fernando

Auditor 69/CA/OCAM/2014

Demonstração do Rendimento Integral

O Microbanco está em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Regulador, apresenta as contas individuais em milhares de meticais referentes a Dezembro de 2021, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Demonstração da posição financeira

Mapa de Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2021

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	3	138 915 492	130 949 362
Juros e gastos similares	3	(5 272 653)	(7 432 966)
Margem financeira		133 642 839	123 516 396
Rendimentos de serviços e comissões	4	9 719 013	2 416 594
Diferenças cambiais não realizadas		1 365 327	(2 876 973)
Encargos com Serviços e Comissões	4	(1 101 926)	(1 125 594)
Serviços e comissões líquidas		9 982 414	(1 585 973)
Rendimentos operacionais		143 625 253	121 930 423
Imparidade líquida do exercício	10.2	(4 186 960)	(15 063 456)
Rendimentos operacionais líquidos		139 438 293	106 866 968
Gastos com pessoal	5	(76 331 702)	(74 939 062)
Depreciações e amortizações	12.13	(24 423 485)	(19 595 806)
Outros gastos operacionais	6	(28 236 525)	(27 953 812)
Outros rendimentos operacionais	7	(1 161 826)	196 981
Gastos operacionais		(130 153 538)	(122 291 700)
Resultado antes do imposto		9 284 755	(15 424 732)
Imposto corrente		-	-
Imposto diferido	8	(1 631 441)	(867 914)
Prejuízo líquido do exercício		7 653 314	(16 292 646)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Posição Financeira a 31 de Dezembro de 2021

	Notas	2021	2020
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9	608 169	823 328
Disponibilidades em instituições de crédito	9	41 630 310	12 774 862
Aplicações em outras instituições de crédito		-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	287 078 950	248 290 097
Outros activos	11	40 848 680	3 436 448
Activos tangíveis	12	158 962 887	128 658 555
Activos intangíveis	13	17 791 796	22 553 534
Activos por impostos correntes		-	-
Total dos activos		546 920 792	416 536 824
Passivos			
Recursos de clientes		-	-
Outros passivos	14	57 062 688	68 408 372
Empréstimos	15	97 717 158	63 640 820
Passivos por imposto diferido		-	-
Total dos passivos		154 779 846	132 049 192
Capital próprio			
Capital social	16	400 000 000	300 000 000
Resultados transitados	16	(15 512 368)	780 278
Resultado líquido – aguarda aprovação do BM	16	7 653 314	(16 292 646)
Total do capital próprio		392 140 946	284 487 632
Total do capital próprio e passivo		546 920 792	416 536 824

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

2021	Capital social	Resultados transitados	Total de capital próprio
Saldo reexpresso a 01 de Janeiro de 2020	300 000 000	-	300 000 000
Resultado líquido Acumulado	-	(15 512 368)	(15 512 368)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	300 000 000	(15 512 368)	284 487 632
Aumento de Capital (Nota 12)	100 000 000	-	100 000 000
Novo Saldo do Capital	400 000 000	(15 512 368)	384 487 632
Resultado líquido do exercício	0	7 653 314	7 653 314
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	400 000 000	(7 859 054)	392 140 946
2020	Capital social	Resultados transitados	Total de capital próprio
Saldo reexpresso-01 de Janeiro de 2019	300 000 000	-	300 000 000
Resultado líquido Acumulado	-	780 278	780 278
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	300 000 000	780 278	300 780 279
Impacto da adoção IFRS 9 (Nota 12)	-	-	-
Saldo incluindo adoção IFRS 9	300 000 000	780 278	300 780 278
Resultado líquido do exercício	-	(16 292 646)	(16 292 646)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	300 000 000	(15 512 368)	284 487 632

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Mapa de Fluxos de Caixa

Notas	2021	2020
Actividades operacionais		
Resultado antes de imposto	7 653 314	(16 292 646)
<i>Ajustamentos de:</i>		
Depreciações e amortizações	12.13 24 423 485	19 595 806
Perdas por imparidade de crédito	10 4 595 441	15 063 456
Abate/utilização de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-
Variação de empréstimos e adiantamentos a clientes	10 (38 788 853)	(6 607 415)
Variação de outros activos operacionais	11 (37 412 232)	(20 726 771)
Variação de passivos operacionais	14 11 345 684	41 220 486
Imposto sobre o rendimento		
Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais	(28 183 161)	32 252 916
Actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	12 (38 021 034)	(4 562 235)
Alienação de activos tangíveis		
Aquisição de activos intangíveis	13 (980 247)	(20 098 028)
Cash flow usado nas actividades de investimento	(39 001 280)	(24 660 263)
Actividades de financiamento		
Aumento do capital social	16 65 000 000	-
Aumento de prémio de emissão	-	-
Reembolso de empréstimos	(19 328 392)	(11 527 425)
Recebimento de empréstimos	15 50 153 123	2 002 431
Cash flow usado nas actividades de financiamento	95 824 732	(9 524 993)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	28 640 290	(1 932 341)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9 13 598 190	15 530 531
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	42 238 479	13 598 190

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO E CONTAS MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. 2021 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas	19
2. Alterações nas políticas contabilísticas significativas	31
3. Margem financeira	32
4. Serviços e comissões líquidos	33
5. Gastos com o pessoal	33
6. Outros gastos administrativos	34
7. Outros rendimentos operacionais	34
8. Impostos deferidos	35
9. Caixa e equivalentes de caixa	35
10. Empréstimos e adiantamentos a clientes	36
10.1. Imparidade acumulada	36
11. Outros activos	37
12. Activos tangíveis	38
13. Activos intangíveis	39
14. Outros passivos	40
15. Empréstimos e Suprimentos	41
16. Capital social	41
17. Aplicação de resultados	42
18. Itens não representativos de caixa incluídos o prejuízo	43
19. Demonstração da Posição Financeira	43
20. Justo valor de Activos e passivos financeiros	44
21. Gestão do Risco, objectivos e políticas	45
22. Exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito	48
23. Concentração de Risco de Crédito	53
24. Acontecimentos após a data de balanço	62
25. Anexos às Demonstrações Financeiras	64

Principais destaques

O exercício de 2021 foi marcado ainda pela pandemia da Covid-19 e, não obstante o ambiente económico adverso, a actividade do Microbanco manteve a tendência de crescimento da estrutura de finan-

ciamento a níveis controlados e os níveis de liquidez e solvabilidade permaneceram elevados em 2021.

Principais indicadores	2021	2020
BALANÇO		
Activos Totais	546 920 791	416 536 823
Crédito a Clientes (Líquido)	287 078 950	248 290 097
Recursos de instituições de crédito	97 717 158	63 640 820
RENTABILIDADE		
Resultado Antes de Impostos	7 653 314	(16 292 646)
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	2%	-6%
Rendibilidade do Activo (ROA)	2%	-4%
LIMITES PRUDENCIAIS		
Tier I	52%	64%
Rácio de Solvabilidade	52%	64%
Rácio de Activos Líquidos	8%	3%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	75%	15%
QUALIDADE DOS ACTIVOS		
Crédito Vencido >90 dias	20 851 145	13 182 644
Crédito Vencido Total	80 300 124	61 789 110
Imparidade do Crédito	(29 591 709)	(24 996 268)
Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes	6%	6%
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	142%	195%
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	37%	49%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	9%	11%
EFICIÊNCIA		
Custos Operacionais	(5 272 653)	(7 432 966)
Outros gastos operacionais	(28 236 525)	(27 953 812)
Gastos com Pessoal	(76 331 702)	(74 939 063)
Custos Operativos/Activos Totais (%)	5%	7%
Cost-to-Income	94%	112%
INDICADORES DE NEGÓCIO		
Agências	12	12
No de Colaboradores no final do Período	97	96
No de Clientes	8 117	9 440

1. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas
1.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A., são preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS). As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Microbanco agora apresentadas são referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras estão expressas em Meticais, arredondados ao milhar mais próximo e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os activos financeiros ao justo valor através de resultados. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS requer que o Microbanco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contabilísticas descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão na reunião do Conselho de Administração em 15 de janeiro 2021 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em sua Assembleia-Geral Ordinária.

1.2 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais requer que a administração utilize julgamento na determinação e registro de estimativas dos pressupostos que afectam os rendimentos, gastos, activos, e passivos, bem como a divulgação dos activos e passivos contingentes. A liquidação

das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Assim, a administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se segue:

Princípio da continuidade

O objectivo principal do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. é assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controle interno, informação e sistemas seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida em que o Microbanco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam.

A Administração avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Microbanco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Microbanco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

O capital próprio do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. em 31 de dezembro de 2021 é superior a 90% do seu capital social, o que coloca o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. numa situação privilegiada sob ponto de vista de continuidade. Adicionalmente, esta situação saudável, não deixa de exigir que haja a implementação de medidas para remediar quaisquer potenciais desafios e estamos confiantes que a atenção certa está a ser dada a todos sinais de riscos que necessitem de gestão adequada e serão levadas em conta na Assembleia Geral de Accionistas para aprovação das contas do exercício de 31 de dezembro de 2021.

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao reavaliar a vida dos activos, são considerados factores de inovação tecnológica, ciclos de vida e programas de manutenção.

Os custos são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios económicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O seu valor é ajustado pela depreciação do bem, conforme suas taxas permitidas fiscalmente e calculadas de forma linear. Se valor contabilístico de itens ou peças substituídos, outras reparações e manutenções forem baixo, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Perdas por imparidade de crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na nota 1.3 t). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise de produtos é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Microbanco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 10 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS9.

1.3 Políticas contabilísticas Significativas e Informação corporativa

O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. é uma instituição financeira privada, do tipo caixa financeira Rural constituída em 06 de dezembro de 2016 e licenciado pelo Banco Central de Moçambique em julho de 2017, e tem sua Sede em Bela Vista, Distrito de Matutuine, Província de Maputo, Moçambique. Presta serviços de concessão de créditos a particulares, particularmente para agricultura, habitação, comercio, serviços, bens de consumo e microleasing, a colaboradores no sector público e privado.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

a) Transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas são mensurados utilizando a moeda nacional funcional, o "Meticai".

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração dos resultados do exercício. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira,

que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2021	2020
Dólar Americano	63.83	74.9
Euro	72.31	92.02
Rand Sul-africano	4.02	5.11

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 24 de julho de 2014 a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” que veio substituir a IAS 39 - “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, para exercícios económicos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Os requisitos da norma foram aplicados retrospectivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.

O Microbanco aplicou a excepção que permite a não reexpressão da informação financeira comparativa de períodos anteriores. Adicionalmente, o enquadramento do modelo de negócio, assim como a designação e/ou revogação prévia de certos ativos financeiros em classes de mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados, ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (por instrumentos de capital que não de negociação), foi realizada por referência nos factos e circunstâncias existentes à data da aplicação inicial da mesma.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao justo valor através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
 - No que diz respeito às características dos fluxos de caixa contratuais, o critério consiste em avaliar se os mesmos apenas reflectem o pagamento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest). Quanto ao modelo de negócio associado, a Norma identifica um com relevância para actividade desenvolvida pelo Microbanco.
 - Modelo de negócio cujos objectivos são atingidos através da obtenção dos fluxos de caixa contratuais do activo (Hold to collect), tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida.
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de capital e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer imparidade. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor bruto do activo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prémios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em Juros e Rendimentos Similares, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros são classificados e mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao Justo Valor Através de resultados. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

i) Passivos financeiros

O Microbanco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e

passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, impostos a pagar, registados em “Outros passivos”.

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do Microbanco, assim como em caso de default, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte.

d) Desreconhecimentos

I. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos activos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e

- O Microbanco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou
- O Microbanco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do Microbanco, assim como em caso de default, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte

II. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é liquidada, perdoadada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor original do passivo e o montante pago é reconhecida no resultado.

e) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

O Microbanco desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, se torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento. A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito. Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Microbanco reconhece um ganho ou perda de modificação.

f) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado

Os julgamentos críticos com maior impacto nos montantes reconhecidos de imparidade dos activos financeiros ao custo amortizado são os seguintes:

Avaliação do modelo de negócio: a classificação e a mensuração dos activos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Microbanco determina o modelo de negócio em função da forma como quer gerir os activos financeiros e os objectivos de negócio.

O Microbanco monitoriza se a classificação do modelo de negócio é apropriada com base na análise do desreconhecimento antecipado dos activos ao custo amortizado, avaliando se é necessária uma alteração prospectiva da mesma:

- Aumento significativo do risco de crédito:
 - Instrumentos financeiros, a determinação da transferência de um activo do stage 1 para o stage 2 para efeitos de determinação da respectiva imparidade é efectuada com base no aumento significativo do seu risco de crédito, sendo que a IFRS 9 não define objectivamente o que constitui um aumento significativo no risco de crédito;
 - Modelos e pressupostos utilizados: o Microbanco utiliza um modelo e pressupostos na mensuração da estimativa das perdas de crédito esperadas. O julgamento é aplicado no modelo apropriado para cada tipologia de produto de crédito

i) Informação “Forward-looking”

De acordo com o modelo assente nos requisitos definidos na IFRS 9, a mensuração das perdas esperadas exige também a inclusão de informação

prospectiva (forward-looking information) com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente dados macroeconómicos. Neste âmbito, as estimativas de perdas esperadas de imparidade de crédito passam a incluir cenários macroeconómicos cuja probabilidade implícita de materialização é avaliada considerando eventos do mercado.

Realização de backtesting

O Microbanco verifica se a estimativa das curvas de PD reflecte adequadamente as taxas de incumprimento de observações fora do histórico através de exercícios de backtesting. O exercício consiste na definição de um período (geralmente 12 meses) de dados observados fora do período de estimação das curvas de PD, chamado período de teste. Durante o exercício, o Microbanco realizou o exercício de backtest, para os factores de risco que vigoraram durante o ano de 2021, mas que diferem dos factores de risco actualizados para o fecho das contas de 31 de Dezembro de 2020. Com base no resultado do exercício de backtest o Microbanco conclui que existe evidência estatística de que as curvas PD estimadas no modelo de cálculo de imparidade individual reflectem adequadamente as taxas de incumprimento nos produtos inferido.

g) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros o Microbanco espera receber e possam ser fiavelmente mensuráveis.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica “Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado”.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Microbanco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidade no Banco Central” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis e com estimativa razoavelmente reduzido da variação do risco na determinação do justo valor, por serem de muito curto prazo.

j) Activos tangíveis

Os custos são incluídos no preço de compra do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios económicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O seu valor é ajustado pela depreciação do bem, conforme suas taxas permitidas fiscalmente e calculadas de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem. Quando o valor de compra peças substituídas, reparações e manutenções é baixado, são lançados como custo do exercício em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”

O período a considerar assim segue:

ITEM	Vida útil média
Imóveis de serviços Próprios	25
Edifícios Arrendados	10
Mobiliário e Equipamento administrativo	4
Viaturas	4

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 5 -10 anos. Os gastos a suportar com remodelações em edifícios arrendados são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros

estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Microbanco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

k) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Microbanco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 5 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

ITEM	Vida útil média
Software informático	3 - 5

l) Imparidade de activos não financeiros

O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorreram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Microbanco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de juro descontada antes de impostos, que reflecta as avaliações actuais de mercado, tendo em conta o valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Impostos

Os impostos (correntes e diferidos) reconhecidos incluem apenas impostos diferidos, que decorre da anulação de ativos por impostos diferidos como consequência das projecções dos resultados do Microbanco apresentarem uma situação de prejuízo fiscal, principalmente devido à dedução do resultado contabilístico dos rendimentos sujeitos a Imposto sobre a aplicação de capitais

n) Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

o) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de pre-

juízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Microbanco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

p) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, e apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Microbanco e o custo do item poder ser medido de forma fiável. As restantes despesas com manutenção e reparação são reconhecidas a outras despesas operacionais durante o período financeiro em que as mesmas incorrerem.

Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de conformidade com o Aviso n.º 07/GGBM/2001

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a gestão do Microbanco utilize julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Microbanco são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Microbanco e a sua divulgação. Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pela gestão do Microbanco, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Gestão considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Microbanco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

q) Estimativas Contabilísticas na aplicação das Normas e interpretações de políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afectados. As estimativas consideradas mais relevantes estão relacionadas aos seguintes tópicos:

r) Imparidade dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Microbanco determina a taxa de imparidade nos seus activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral através da aplicação de factores de risco calculados com base no comportamento da carteira de activos sujeitos a risco de crédito ao seu justo valor.

s) Perdas por imparidade de créditos a clientes

O Microbanco faz análise individualmente qualitativa e quantitativa para assegurar a situação de todos clientes com exposições consideradas significativas para os riscos associados à carteira. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Microbanco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. A análise de cada cliente/Produtos, bem como a existência de perdas por imparidade, deve ter em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- o Aspectos contratuais, avaliando o potencial incumprimento das condições contratuais, ou a existência de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes;
- o Aspectos financeiros, avaliando a potencial redução das receitas brutas, ou do resultado líquido;
- o A avaliação das garantias recebidas, incluindo a sua natureza, formalização efectiva, valorização e grau de cobertura;

O Microbanco considera ainda como exposições individualmente significativas os vinte maiores clientes particulares.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estima-

tivas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Microbanco.

t) Metodologia de Calculo de imparidades

O Microbanco efectua uma análise por produtos (homogéneos) para apuramento das perdas por imparidade. A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito

Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários macro-económicos futuros, descontados à taxa de juro nominal dos instrumentos financeiros. Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios (stages) tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- I. Stage 1: Sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de default que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- II. Stage 2: Instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, a imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de default que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- III. Stage 3: Instrumentos para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. O incumprimento do contrato pode ser verificado por via de contágio de outros da mesma contraparte que representem mais de 25%. Neste caso, o montante de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de um montante igual a:
 - o Perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada stage 1);
 - o Ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como stage 2 e stage 3);
 - o Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade

Inputs na mensuração da ECL

Os principais inputs utilizados para a mensuração das ECL numa base individual incluem as seguintes variáveis:

- ❖ Probabilidade de Incumprimento (Probability of Default – PD);
- ❖ Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default – LGD);
- ❖ Exposição no momento do Incumprimento (Exposure at Default – EAD);
- ❖ Factores de conversão de crédito (Credit Conversion Factors – CCF); e
- ❖ Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos e outros dados históricos relevantes, ajustados de forma a reflectir a informação forward-looking.

O Microbanco utiliza os CCF definidos internamente. As PD são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos compreendendo tanto factores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também é alterada. Os graus de risco são um input de elevada relevância para a determinação das PD associadas a cada exposição. O Microbanco recolhe indicadores de performance e default acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos. A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Microbanco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em default de contrapartes. Os modelos de LGD consideram o tempo em incumprimento. A EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. O Microbanco obtém os valores de EAD a partir da exposição actual da contraparte e de alterações potenciais ao valor actual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo amortizações.

2. Alterações nas políticas contabilísticas significativas

Normas e interpretações e alterações

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Alterações na classificação e mensuração

Para determinar a categoria de classificação e mensuração, com base no modelo de negócios e nas características contractuais do fluxo de caixa futuros dos instrumentos; os activos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral (JVORI) ou justo valor através de resultados (JVR). Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como ao JVR:

- O activo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objectivo é a detenção de activos para cobrança de fluxos de caixa contractuais do instrumento; e
- Os termos contractuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são pagamentos exclusivamente de capital e juros (PECJ). Um instrumento de dívida apenas é mensurado pelo JVORI se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como ao JVR:
- O activo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado através da cobrança de fluxos de caixa contractuais e da venda de activos financeiros; e
- Os termos contractuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são pagamentos exclusivamente de capital e juros (PECJ). No reconhecimento inicial de um investimento em capital que não seja detido para negociação, o Microbanco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Esta escolha é efectuada numa base investimento a investimento. Todos os outros activos financeiros são classificados como mensurados pelo justo valor através de resultados (JVR). Adicionalmente, no momento do reconhecimento inicial, o Microbanco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que cumpra os requisitos para ser mensurado pelo custo amortizado, pelo justo valor através de outro rendimento integral (JVORI) ou pelo justo valor através de resultados (JVR), se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência contabilística que de outra forma se verificaria

Imparidade e política de constituição de provisões

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor de outro rendimento integral é uma área que exige a utilização de modelos complexos e pressupostos significativos sobre as condições económicas futuras e o comportamento de crédito (a probabilidade de incumprimento dos clientes - PD) e as perdas resultantes. Uma série de julgamentos significativos também são necessários na aplicação dos requisitos contabilísticos para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- ❖ Determinação dos critérios de aumento significativo do risco de crédito;
- ❖ Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração de perda de crédito esperada;
- ❖ Estabelecer o número e as ponderações relativas dos cenários prospectivos para cada tipo de produto/mercado e a perda de crédito esperada associada; e
- ❖ Estabelecimento de produtos financeiros homogéneos para efeitos de mensuração da perda de crédito esperada e em função do risco específico de cada cliente (dentro do intervalo de risco do cliente e nos respectivos produtos).

O Microbanco reavalia no encerramento de cada a necessidade de constituição de provisões, com vistas a refletir a melhor estimativa corrente de seu valor, não constituindo dessa forma, provisões genéricas. Os valores apresentados na presente demonstração Financeira refletem a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidarem as obrigações presentes na data do balanço.

3. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	138 915 492	130 949 362
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	-	-
	138 915 492	130 949 362
Juros e gastos similares		
Juros e Encargos Similares	(5 272 653)	(7 432 966)
	(5 272 653)	(7 432 966)
	133 642 839	123 516 396

4. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários realizados	-	-
Outros rendimentos de serviços e comissões	9 719 013	2 416 594
	9 719 013	2 416 594
Encargos com serviços e comissões		
Outros encargos com serviços e comissões	(1 101 926)	(1 125 594)
	(1 101 926)	(1 125 594)
	8 617 086	1 291 000

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2021	2020
Remunerações dos colaboradores	76 331 702	74 939 063
Outros gastos com pessoal	-	-
	76 331 702	74 939 063

Remunerações do pessoal chave

O Conselho de Administração representa o órgão com o poder exclusivo de tomada de decisão no Microbanco, sendo actualmente composto por cinco membros eleitos na última Assembleia Geral realizada em outubro de 2021 (Aguardam aprovação pelo Banco de Moçambique para exercício de suas funções e registo especial). E a 31 de dezembro de 2021 as remunerações e outros benefícios pagas ao pessoal de Administração nos termos do respectivo regulamento, ascenderam a 10.758.635 meticais contra 9.855.384 meticais pagos em 2020.

6. Outros gastos administrativos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Despesas dos órgãos sociais	(18 282)	(9 143)
Combustíveis e lubrificantes	(3 577 280)	(3 375 192)
Água energia	(1 692 292)	(1 640 107)
Impressos e material de consumo	(2 819 085)	(2 030 047)
Material de higiene e limpeza	(465 287)	(753 878)
Outros fornecimentos de terceiros	(1 081 431)	(954 798)
Comunicações e despesas de expediente	(3 834 431)	(4 120 240)
Transportes/portagens	(687 627)	(944 717)
Despesas de alojamento	(140 547)	(150 231)
Impostos e taxas	(1 234 527)	(933 149)
Brindes	(339 783)	(311 693)
Manutenção de imóveis	(1 499 347)	(1 347 998)
Manutenção de equipamentos	(106 814)	(358 992)
Reparação de mobiliário	-	(22 604)
Manutenção veículos e motorizadas	(3 920 624)	(2 487 864)
Seguro de instalação	-	(21 313)
Seguro de equipamentos e viaturas	(1 033 992)	(1 278 087)
Avenças e honorários	-	(40 900)
Serviços judiciais	(795 714)	(87 237)
Encargos de auditoria	(912 600)	(870 550)
Consultorias diversas	(240 800)	(2 462 822)
Outros serviços especializados	(43 889)	(71 225)
Outros serviços de terceiros	(594 411)	(497 281)
Assistência técnica e informática	(13 272)	(47 798)
Licença ORBIT R	(1 170 307)	(1 207 190)
Publicações	(620 338)	(404 401)
Outros gastos administrativos	(1 393 845)	(1 524 355)
	(28 236 525)	(27 953 812)

- A rubrica *outros gastos administrativos*, inclui custos com formação de pessoal, subsídios, ajudas de custos e outros.

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Recuperação de créditos e juros incobráveis	258 637	199 262
	258 637	199 262
Outras encargos e gastos administrativos	(1 420 463)	(2 281)
	(1 420 463)	(2 281)
	(1 161 826)	196 981

8. Impostos diferidos

O acréscimo da conta corrente a pagar apresenta-se como segue:

	2021	2020
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	(1 631 441)	(867 914)
	(1 631 441)	(867 914)

9. Caixa e equivalentes de caixa

Apesar da retomada do crescimento da carteira de crédito no presente exercício os saldos em caixa apresentaram uma evolução gradual e sustentável em 2021, e considera todos valores com maturidade inferior a um mês e incluem valores em caixa e disponibilidades em instituições de crédito que advêm da aposta recuperação de créditos cada vez mais diversificado e expressiva.

As disponibilidades em caixa apresentam-se como segue:

	2021	2020
Caixa e disponibilidades em Banco Central	608 169	823 328
Disponibilidades sobre instituições de crédito	41 630 310	12 774 862
	42 238 479	13 598 190

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito refere-se, principalmente, a saldo depositado em Bancos Comerciais no País, para fazer frente a transações de saque; nomeadamente no BCI – Banco Comercial e de Investimentos, Millennium BIM, ABSA, MozaBanco, Banco ABC. Trata-se de saldos em meticais e Dólares convertidos a meticais, e são de liquidez imediata.

10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O Microbanco mantém-se focado no apoio às famílias e MPME's, sendo uma das instituições de referência na concessão de crédito para pequenos produtores na Zona Rural na Província de Maputo. Num ano menos propício para operações estruturantes que visam o desenvolvimento sustentável do País, as principais concessões de crédito foram realizadas no quadro de normal funcionamento do Microbanco, destacando--se de desembolso de aproximadamente 645Milhoes de Meticais para esse efeito.

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	Nota	2021	2020
Empréstimo a clientes		297 738 547	256 032 400
Juros a receber		8 878 444	12 092 372
Comissões de crédito diferidas		-	-
		306 616 991	268 124 772
Imparidade acumulada	10.1	(29 591 709)	(24 996 268)
Juros em Mora e em Imparidade		10 053 667	5 161 593
		287 078 950	248 290 097

10.1. Imparidade acumulada

O movimento de imparidades durante o exercício apresenta-se como segue:

	2021	2020
Saldo de abertura a 1 de Janeiro 2020	(24 996 268)	(9 932 811)
Imparidade do exercício	10.2 (6 767 430)	(26 120 128)
Reversões	10.2 2 580 470	11 056 671
Utilizações	(408 481)	-
Saldo a 31 de Dezembro 2021	(29 591 709)	(24 996 268)

Em termos de preparação do fecho de exercício 2021 e atendendo a toda indefinição provocada pelo covid-19 e de acordo com as orientações emanadas pela Banco Central no início de 2020 relativo a não constituição de provisões adicionais no contexto da pandemia, o Microbanco não, promoveu uma dotação adicional de imparidade para precaver perdas esperadas decorrentes de prováveis migrações para stage 2 ou stage 3.

Contudo ocasionalmente renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a Clientes e situações, avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais e faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes factores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afecte significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Microbanco desreconhece o activo financeiro original e reconhece o novo activo ao justo valor. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, avalia também se o novo activo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente

quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efectuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento. Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação, ou modificação, não resulta em desreconhecimento e o Microbanco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O Microbanco continua a monitorizar se houve um aumento significativo do risco de crédito destes activos, aplicando modelos específicos para activos modificados.

Activos financeiros em imparidade

Um activo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro tenham ocorrido. Activos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como activos classificados em Stage 3.

11. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios	Equipamento	Mobiliário e equipamento administrativo	Viaturas e motorizadas	Investimentos em curso	Total
Custo de aquisição:						
01 de Janeiro de 2020	112 942 267	8 195 563	7 520 529	10 125 759	-	138 784 118
Adições	700 138	3 253 089	609 008	-	-	4 562 235
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2020	113 642 405	11 448 652	8 129 537	10 125 759	-	143 346 353
Adições	32 000 000	4 803 640	52 650	1 164 744	-	38 021 034
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	145 642 405	16 252 292	8 182 187	11 290 503	-	181 367 387
Depreciações acumuladas						
01 de Janeiro de 2020	(3 359 196)	(1 373 182)	(1 354 574)	(1 567 239)	-	(7 654 191)
Depreciação do exercício	(2 264 514)	(1 287 121)	(2 531 440)	(950 532)	-	(7 033 607)
Abates	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2020	(5 623 710)	(2 660 303)	(3 886 014)	(2 517 771)	-	(14 687 798)
Depreciação do exercício	(2 272 848)	(1 781 430)	(998 199)	(2 664 225)	-	(7 716 702)
Abates	-	-	-	-	-	-
transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	(7 896 558)	(4 441 733)	(4 884 213)	(5 181 996)	-	(22 404 500)
Valor líquido contabilístico						
31 de Dezembro de 2020	108 018 695	8 788 349	4 243 523	7 607 988	-	128 658 555
31 de Dezembro de 2021	137 745 847	11 810 559	3 297 974	6 108 507	-	158 962 887

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperem benefícios económicos futuros decorrentes da utilização ou da alienação. Os ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento de um activo intangível, mensurados como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação e o valor contabilístico do activo, são reconhecidos nos resultados no momento do desreconhecimento do activo.

12. Activos intangíveis

O aumento de investimentos em activos intangíveis foi alicerçado pelo contínuo reforço do sistema core Orbit R, em aplicações para apoio comercial, e no âmbito da aposta para digitalização dos processos.

Os activos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a software, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída.

A vida útil estimada do software para os períodos actual e comparativo é de três a dez anos. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados, se apropriado. As vidas úteis estimadas para as principais categorias de activos intangíveis aplicáveis ao exercício actual e aos exercícios anteriores são:

Orbit-R Core Banking System 10 anos

	Software	Direito de Uso	Total
Custo de aquisição:			
01 de Janeiro de 2020	24 126 310	11 435 666	35 561 976
Adições	-	(446 242)	(446 242)
31 de Dezembro de 2020	24 126 310	10 989 424	35 115 734
Adições	83 387	-	83 387
Activos por Direito de Uso	-	11 861 658	11 861 658
Transferências	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	24 209 697	22 851 082	47 060 779
Amortizações e imparidades			
1 de Janeiro de 2020	-	-	-
Amortização direito de uso	(1 597 402)	(10 964 798)	(12 562 200)
Abates	-	-	-
31 de Dezembro de 2020	(1 597 402)	(10 964 798)	(12 562 200)
Amortização direito de uso	(4 847 300)	(11 859 483)	(16 706 783)
31 de Dezembro de 2021	(6 444 702)	(22 824 281)	(29 268 983)
Valor líquido contabilístico			
01 de Janeiro de 2020	24 126 310	11 435 666	35 561 976
31 de Dezembro de 2020	22 528 908	24 626	22 553 534
31 de Dezembro de 2021	17 764 995	26 801	17 791 796

• Activos por direito de uso (IFRS 16 – arrendamentos)

O Microbanco tem contratos sujeitos a IFRS 16 onde estão instaladas 5 das 12 agências em funcionamento, bem como outras infraestruturas e reconhece como ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados e dos valores a pagar de contratos e seus respectivos impactos em resultado do período (depreciação e despesa financeira), foram revertidos e os aluguéis registrados como despesa.

O Microbanco não reconhece activos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja inferior a 12 meses, e locações de activos de baixo valor e reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

O Microbanco apresenta os activos sob direito de uso em Outros activos intangíveis, isto é, na mesma linha de itens que apresenta os activos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade.

Os activos sob direito de uso são inicialmente mensurados ao custo e, subsequentemente, ao custo menos quaisquer depreciações e perdas de imparidade acumuladas, e ajustados de quaisquer remensurações do passivo de locação. Os activos sob direito de uso são depreciados desde a entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior. O custo do activo sob direito de uso inclui:

- ✓ O montante da mensuração inicial do passivo da locação;
- ✓ Quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos;
- ✓ Quaisquer custos directos iniciais incorridos pelo locatário; e
- ✓ Uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário a restauração do activo subjacente para a condição exigida pelos termos e condições da locação, a menos que esses custos sejam incursos para produzir inventários.

	2021	2020
Acréscimos	573 532	313 192
Outros valores a receber	40 175 148	3 123 256
	40 748 680	3 436 448
Impostos correntes		
Activos por Impostos diferidos	100 000	-
	100 000	-
	40 848 680	3 436 448

Na rubrica de **outros Valores a receber** inclui a parte do capital subscrito e não realizado pelo accionista.

13. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Acréscimos de gastos	4 788 730	8 833 171
Impostos a pagar	3 282 428	3 276 292
Outras contas regularização	4 876 254	557 792
Outros	44 115 276	55 741 117
Total	57 062 688	68 408 372

A rubrica de “Outros passivos” é composta por passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços, impostos diferidos ou compra de ativos.

14. Empréstimos e Suprimentos

O Microbanco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e no exterior.

A fim de gerir o risco cambial, O Microbanco assumiu a posição de obter recursos em moeda domestica o máximo possível.

	2021	2020
Suprimentos		
Empréstimos concedidos	97 717 158	63 640 820
	97 717 158	63 640 820

15. Capital social

Os Capitais Próprios do Microbanco aumentaram 15,1%, como resultado da injeção do aumento capital social pelos acionista no valor de 100.000.000 (Cem milhões de Metcais), bem como da distinta performance com o Resultado Líquido alcançado de 7.653.314 Metcais que confirma também a melhoria dos indicadores de rentabilidade dos Ativos (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) a alcançarem 1,58% e 1,95% respetivamente. Ainda assim não há lugar a distribuição de dividendos com vista a reduzir os prejuízos acumulados do exercício de 2020 e para acomodar as incertezas sobre o impacto da Covid 19 foram reconhecidos na rubrica do capital próprio de “Capital

O aumento de capital foi reconhecido na rubrica do capital próprio de “Capital”, no momento da subscrição pelo seu valor nominal, e o montante não realizado foi registado na rubrica de “Capital subscrito não realizado.

Esta iniciativa é baseada no:

- ❖ Reforçar as exigências e capacidade financeira institucional para mais comodidade e expansão de serviços financeiros no objectivo estratégico para introdução de Poupanças
- ❖ Geração de uma rentabilidade adequada, com criação de valor para os acionistas, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados adequado;
- ❖ Sustentar o desenvolvimento da atividade do Microbanco, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento;
- ❖ Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

O aumento do Capital social, ainda não foi reconhecido na determinação dos indicadores prudenciais, uma vez que carece de aprovação e registo pela entidade reguladora, o Banco de Moçambique

Não obstante o referido acima, o Microbanco mantém níveis de capital apropriados e robustos para os potenciais impactos da actual conjuntura económica.

Em termos prudenciais os Microbanco continua apresentar uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 276,786,843 Meticais e o Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Moçambique atingiu, 52,42%, acima do mínimo dos 12% legalmente exigidos aos Microbancos.

O quadro abaixo mostra a distribuição dos fundos próprios para determinação do rácio de solvabilidade (não inclui a parte do aumento do capital sujeito a aprovação):

Fundos Próprios	2021	2020
Capital ordinário realizado	300 000	300 000
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	7 653	(16 293)
Activos intangíveis	17 792	(35 116)
Excedente sobre o limite de concentração do risco de crédito		
Insuficiência de provisões colectivas sobre as regulamentares	2 436	(3 936)
Provisões para riscos gerais de crédito	29 592	24 996
Fundos próprios para a determinação do rácio Core Tier	276 847	283 300
Fundos Próprios de Base Tier 1	276 786	264 682
Fundos Próprios Elegíveis A	276 786	264 730
Activos Ponderados por Risco	485 958	393 992
Total de Activos Ponderados por Risco B	527 984	393 992
Rácio de Solvabilidade A/B	52.42%	67.19%
RACIO DE SOLVABILIDADE REQUERIDO	12%	12%

16. Aplicação de resultados

O Microbanco ainda se encontra em fase de expansão com investimentos para modernização e atração de clientes, crescimento das suas operações e desenvolvimento de novos digitais. Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021, apresenta um Lucro Líquido apurado no exercício, no valor de 7.653.314 Meticais

Visando reduzir o prejuízo acumulado do exercício sem precedente de 2020, o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

“Aplicação da totalidade dos resultados apurados no reforço dos Fundos Próprios do Microbanco, para reduzir/anular os prejuízos acumulados do exercício anterior

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

17. Itens não representativos de caixa incluídos o prejuízo

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Imparidade de crédito (nota 10)	6 767 430	11 843 776
Depreciações e amortizações (nota 12,13)	24 423 485	19 595 806
Reversões imparidade (nota 10)	(2 580 470)	
Total	28 610 445	31 439 581

18. Demonstração da Posição Financeira

A classificação dos instrumentos financeiros analisa como se segue:

2021	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos não financeiros	Total
Activos Financeiros			
Caixa	608 169	-	608 169
Disponibilidades em instituições de crédito	41 630 310	-	41 630 310
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	287 078 950	-	287 078 950
Outros activos	40 848 680	-	40 848 680
Total de activo	370 166 109	-	370 166 109

2020	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos não financeiros	Total
Activos Financeiros			
Caixa	823 328	-	823 328
Disponibilidades em instituições de crédito	12 774 862	-	12 774 862
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	261 193 993	-	261 193 993
Outros activos	-	3 123 256	3 123 256
Total de activo	274 792 182	3 123 256	277 915 438

2021	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Passivos financeiros			
Adiantamento de clientes	-	-	-
Outros passivos	56 616 926	-	56 616 926
Empréstimos	98 162 919	-	98 162 919
Total de passivo	154 779 845	-	154 779 845

2020	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Passivos financeiros			
Adiantamento de clientes	-	-	-
Outros passivos	25 944 702	42 463 670	68 408 372
Empréstimos	63 640 820	-	63 640 820
Total de passivo	89 585 521	42 463 670	132 049 192

19. Justo valor de Activos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao FVTPL por opção (utilização da Fair Value Option):

“O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro e os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida”.

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio. As taxas de desconto utilizado são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de Empréstimos e outros Passivos

Estes passivos são de medio e longo prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

	2021		2020	
Activos financeiros	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Empréstimos e adiantamentos a clientes	316 670 659	310 337 245	274 099 372	250 244 123
	316 670 659	310 337 245	274 099 372	250 244 123
Passivos financeiros	Valor contabilístico	Justo Valor	Valor contabilístico	Justo Valor
Empréstimos	97 717 158	86 146 947	63 640 820	61 171 604
	97 717 158	86 146 947	63 640 820	61 171 604

O Conselho de Administração considera o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais e os saldos de Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito e aplicações em outras instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. A maioria dos activos e passivos financeiros do Microbanco estão sujeitos a taxas de juro variáveis pelo que os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

20. Gestão do Risco, objectivos e políticas

As atividades do Microbanco estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mer-

cado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

Essa gestão Global é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade geral de fiscalização para assegurar que o sistema do Gestao de Risco no Microbanco seja adequado e eficaz, garantindo que todos os riscos materiais decorrentes da atividade desenvolvida são devidamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados pelo departamento Financeiro.

A conjuntura adversa provocada pela pandemia do covid19, foi desafiante para a Função de Gestão de Risco, tendo em conta as incertezas que ainda permanecem sobre o seu real impacto.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade de crédito do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições em imparidade; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

Para a gestão de risco de crédito efetividade do gerenciamento do risco de crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Microbanco, é assegurada pela Unidade de Recuperação de Crédito (URC) assegura todo o acompanhamento da carteira de crédito vencida a contar dos 31 dias, que permite alertar para incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, com a finalidade de empreender acções destinadas a mitigá-las. A análise e avaliação do risco de crédito é feita a nível da Unidade de Administração de Crédito (UAC), bem como de controlo do risco de crédito, de acordo ao âmbito de actuação. Essas Políticas vistam aumentar a proatividade e eficácia na atuação sobre o crédito vencido no acompanhamento e recuperação cada vez mais assertivas e com foco no resultado e permitiram reduzir significativamente a carteira de créditos em incumprimento.

A nível do risco de crédito convém mencionar que o exercício 2021 foi de difíceis condições económicas e fortemente impactado pelo contexto atual da pandemia provocada pelo covid19, obrigaram a um esforço de adaptação.

A política preventiva levada a cabo pela Direção Comercial, com apoio da Direção de Risco de e Conformidade, numa seleção mais criteriosa dos riscos que o Microbanco assume nas operações de crédito, tem sido crucial para o controlo do crédito vencido. A intervenção articulada nas diversas fases do processo de recuperação, desde a recuperação negociada (extrajudicial) até à contenciosa (judicial), bem como a adoção de medidas/soluções terminais, quando estas se impõem, têm permitido ao Microbanco registar e dar continuidade a uma clara tendência de redução do incumprimento, bem como do rácio de crédito vencido.

Limites de Crédito

Indicadores	Limite	Definido e Acompanhado Por
Limite Máximo de Exposição individual		
Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si	25% FPR	BdM
Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si-Partes Relacionadas	10% FPR	BdM
Limite Máximo de Exposição-Particulares (% Total da carteira)	1%	C.A

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de dezembro de 2021 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem garantias. O MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2021	2020
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	608 169	823 328
Disponibilidades em instituições de crédito	41 630 310	12 774 862
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	316 670 659	273 286 365
Outros activos	40 848 680	3 436 448
Total do activo na demonstração da posição financeira	399 757 818	290 321 003

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do **MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.**, na tabela abaixo apresentado, foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos em incumprimento”
 - créditos com saldos vencidos entre 31 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição “Créditos em default” na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

2021	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Crédito vivo	236 370 534	-	-	-	236 370 534
Nem vencido nem em imparidade	236 370 534	-	-	-	236 370 534
Em imparidade	-	-	-	-	-
Crédito vencido	-	59 448 979	20 851 145	-	80 300 124
Em imparidade	-	59 448 979	20 851 145	-	80 300 124
Total	236 370 534	59 448 979	20 851 145	-	316 670 658

2020	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Crédito vivo	209 285 981	-	-	-	209 285 981
Nem vencido nem em imparidade	209 285 981	-	-	-	209 285 981
Em imparidade	-	-	-	-	-
Crédito vencido	-	49 770 009	15 043 381	-	64 813 390
Em imparidade	-	49 770 009	15 043 381	-	64 813 390
Total	209 285 981	49 770 009	15 043 381	-	274 099 371

21. Exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2021	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito			Valor líquido das garantias	Exposição líquida
		Viaturas	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	41 630 310	-	-	-	-	41 630 310
Empréstimos e adiantamentos a clientes	316 670 659	20 282 387	2 017 496	294 370 776	316 670 659	-
Particulares	316 670 659	20 282 387	2 017 496	294 370 776	316 670 659	-
Outros activos	40 848 680	-	-	-	-	40 848 680
	399 149 649	20 282 387	2 017 496	294 370 776	316 670 659	82 478 990

2020	Exposição ao risco de crédito	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito			Valor líquido das garantias	Exposição líquida
		Viaturas	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	12 774 862	-	-	-	-	12 774 862
Empréstimos e adiantamentos a clientes	273 286 365	9 701 631	1 874 750	261 709 984	273 286 365	-
Particulares	273 286 365	9 701 631	1 874 750	261 709 984	273 286 365	-
Outros activos	3 436 448	-	-	-	-	3 436 448
	289 497 674	9 701 631	1 874 750	261 709 984	273 286 365	16 211 309

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- *Garantias de natureza pessoal (móveis não quantificados);*
- Inventário e contas a receber;
- Equipamento.

Os Estes bens quando arrematados por recuperação de créditos vencidos, são registados pelo valor pelo qual foram adjudicados.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registadas na rubrica “Outros resultados de exploração”.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento (Nível 3), e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Os créditos reestruturados são classificados no Nível 2, no entanto, pode ocorrer que um crédito tenha um número de dias em atraso que o colocaria sob determinada classificação de imparidade, mas devido a circunstâncias excepcionais o mesmo é classificado na sua pior posição. Este é o propósito do *triggers*/indicadores de imparidade, possibilitar a classificação de imparidade mais adequada ao empréstimo em causa considerando outras características além do número de dias em atraso. A classificação de imparidade atribuída em cada data de referência será o máximo entre a classificação atribuída através do número de dias em atraso e a classificação atribuída através do indicador de imparidade.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. como garantia. À data de balanço, o MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Imparidade dos activos financeiros ao custo amortizado

O Microbanco efetua periodicamente análise de imparidades dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

Stage 1 – Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,
- Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.
- A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros e capital;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características do produto e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Estes activos encontram-se em imparidade quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Microbanco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a Agricultura
- Crédito a MPME's
- Crédito à habitação

- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público (FAE e FDS)
- Microleasing
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos não cobertos por garantias são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica “Outros Resultados de Exploração”, se cobrados nos exercícios posteriores.

De acordo com a política em vigor no Microbanco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Microbanco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”. Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Crédito abatido ao activo (“write-off”)

Um empréstimo com imparidade é saneamento ou abatido ao activo quando tenham sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados não havendo expectativas razoáveis de recuperar o activo na sua totalidade. Este procedimento ocorre após todas as acções desenvolvidas num horizonte temporal razoável se demonstrem praticamente infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais. Compete ao Comité Executivo, a decisão de abate de créditos, considerando o remanescente não cobrado e após todas as diligências de cobrança.

A excepção aos requisitos acima, onde a exposição é garantida, o empréstimo com imparidade somente pode ser saneado uma vez que a garantia tenha sido realizada. Após a realização da garantia, o montante de défice pode ser saneado.

2021	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisado
Empréstimos e adiantamentos a clientes	316 670 659	(29 591 709)	287 078 950
	316 670 659	(29 591 709)	287 078 950

2020	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisado
Empréstimos e adiantamentos a clientes	273 286 365	(24 996 268)	248 290 097
	273 286 365	(24 996 268)	248 290 097

Varição (%)	17%	6%	16%
-------------	-----	----	-----

22. Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por sector apresenta-se como segue:

2021	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao Justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo Financeiro	266 917	-	-	-	-	-	-	266 917
Comércio	-	41 630 310	-	-	-	-	-	41 630 310
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	74 287 197	-	74 287 197
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	412 588	-	412 588
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	22 793 711	-	22 793 711
Outros sectores	-	-	-	-	-	219 177 162	40 848 680	260 025 842
	266 917	41 630 310	-	-	-	316 670 658	40 848 680	399 416 565

2020	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo Financeiro	321 945	-	-	-	-	-	-	321 945
Comércio	-	12 774 862	-	-	-	-	-	12 774 862
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	75 054 403	-	75 054 403
Serviços	-	-	-	-	-	17 253 965	-	17 253 965
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	713 863	-	713 863
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	16 603 600	-	16 603 600
Outros sectores	-	-	-	-	-	163 660 534	3 436 448	167 096 982
	321 945	12 774 862	-	-	-	273 286 365	3 436 448	289 819 620

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

As políticas de gestão do risco de liquidez são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos - ALCO do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. Esta responsabilidade esta encarregue a Direção Financeira que faz de forma sistemática, análises mensais dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados, os volumes de cash inflows e cash outflows, bem como os respetivos gaps (diferenciais) de liquidez e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez.

Não obstante aos choques da Covid-19, ao longo do ano 2021, o Microbanco continuou a evidenciar uma ampla disponibilidade de liquidez e com um buffer de ativos líquidos muito confortável, acima do limite, e fora da zona de tolerância, para fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

De seguida apresentam-se os mapas referentes ao risco de liquidez, considerando a totalidade dos fluxos de caixa contratuais não descontados dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

2021	À ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Total
Activos financeiros					-
Caixa E Disponibilidades Em Bancos Centrais	608 169	-	-	-	608 169
Disponibilidades em instituições de crédito	41 630 310	-	-	-	41 630 310
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35 635 623	121 576 850	143 492 144	15 966 042	316 670 659
Outros activos	7 848 680	33 000 000	-	-	40 848 680
Total activos	85 722 782	154 576 850	143 492 144	15 966 042	399 757 818
Passivos financeiros					-
Recursos de clientes	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	35 351 815	21 710 873	-	57 062 688
Empréstimos	-	20 094 180	10 094 180	67 528 797	97 717 158
Total passivos	-	55 445 995	31 805 053	67 528 797	154 779 845
GAP de Liquidez	85 722 782	99 130 854	111 687 091	(51 562 755)	244 977 9 71

2020	À ordem	Entre 1 a 12 meses	até 24 meses	Superior a 3 anos	Total
Activos financeiros					-
Caixa	823 328	-	-	-	823 328
Disponibilidades em instituições de crédito	12 774 862	-	-	-	12 774 862
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	80 878 100	182 840 226	10 381 046	274 099 372
Outros activos	-	3 436 448	-	-	3 436 448
Totais activos	13 598 190	84 314 548	182 840 226	10 381 046	291 134 010
Passivos financeiros					-
Recursos de clientes	-	-	-	-	-
Outros passivos	43 238	41 702 731	26 662 402	-	68 408 371
Empréstimos	-	-	20 000 000	43 640 820	63 640 820
Totais passivos	43 238	41 702 731	46 662 402	43 640 820	132 049 191
GAP de Liquidez	13 554 952	42 611 817	136 177 824	(33 259 774)	159 084 819

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados no máximo mais de 12 meses após o período de relatório. Não foram considerados eventuais incumprimentos ou reembolsos antecipados.

O Departamento Financeiro é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Microbanco.

Risco de mercado

A estratégia de gestão e a tolerância ao risco de mercado encontram-se devidamente articuladas com a estratégia global de gestão de risco e continuam a ser estabelecidas em conformidade com a declaração de apetite de Risco de MICROBANCO CONFIANÇA, S.A.

Assim o risco de mercado do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. **não foi materialmente relevante, mas foi sempre alvo de uma constante monitorização, através do acompanhamento sistemático da carteira**

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial dos activos e passivos do Microbanco e corresponde ao risco do valor actual dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado. Numa perspectiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições.

O risco de taxa de juro do balanço é avaliado através da análise de gaps, que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada para produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspetiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro passa por minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro, com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos.

A dimensão da exposição ao risco de taxa de juro, de acordo com os resultados preliminares, mantém o cumprimento do respetivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do Microbanco, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a sensibilidade dos instrumentos financeiros, por tipo de taxa de juro, apresentam o seguinte detalhe:

2021	À ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa E Disponibilidades Em Bancos Centrais	608 169	-	-	-	-	608 169
Disponibilidades em instituições de crédito	41 630 310	-	-	-	-	41 630 310
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35 635 623	121 576 850	143 492 144	15 966 042	-	316 670 659
Outros activos	7 848 680	33 000 000	-	-	-	40 848 680
Total de activos	85 722 782	154 576 850	143 492 144	15 966 042	-	399 757 818
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	57 062 688	57 062 688
Empréstimos	-	20 094 180	10 094 180	44 996 522	22 532 275	97 717 158
Total de passivos	85 722 782	20 094 180	10 094 180	44 996 522	79 594 963	154 779 845
Gap de liquidez	85 722 782	134 482 670	133 397 964	(29 030 480)	(79 594 963)	244 977 973

2020	Entre 1 a 12 meses	até 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades Em Bancos Centrais	-	-	-	823 328	823 328
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	12 774 862	12 774 862
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	80 878 100	182 840 226	10 381 046,44	-	274 099 372
Outros activos	3 436 448	-	-	-	3 436 448
Total de activos	84 314 548	182 840 226	10 381 046	13 598 190	291 134 010
Passivos financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	-	-
Outros passivos	43 239	-	-	68 365 132	68 408 371
Empréstimos	-	20 000 000	43 640 820	-	63 640 820
Total de passivos	43 239	20 000 000	43 640 820	68 365 132	132 049 191
Gap de liquidez	84 271 309	162 840 226	(33 259 774)	(54 766 942)	159 084 819

Risco cambial

Traduz-se na probabilidade do valor de um instrumento financeiro se alterar devido à flutuação da taxa de câmbio da moeda estrangeira associada ao instrumento.

O Microbanco monitoriza o risco através de análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do Dólar Americano. Note-se que o Microbanco tem muito poucas operações passivas em moeda estrangeira. Ainda assim são ativamente analisadas e reavaliação cambial, as diferenças resultantes não representam um custo ou margem com impacto significativo no balanço.

As perdas potenciais resultantes do câmbio entre divisas representam folgas suficientes e encontram-se longe do limite de tolerância estabelecido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

2021	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	290 321	116 171	3 221	198 457	-	608 169
Disponibilidades sobre instituições de crédito	40 609 677	1 020 633	-	-	-	41 630 310
Empréstimos e adiantamentos a clientes	316 670 659	-	-	-	-	316 670 659
Outros activos	40 848 680	-	-	-	-	40 848 680
Total	398 419 337	1 136 804	3 221	198 457	-	399 757 819
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	132 899 684	21 880 161	-	-	-	154 779 845
Total	132 899 684	21 880 161	-	-	-	154 779 845
Exposição líquida	265 519 653	(20 743 357)	3 221	198 457	-	244 977 974

2020	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Microbanco Central	330 893	15 504	159 965	316 966	-	823 328
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12 650 783	88 422	-	-	-	12 739 205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	274 099 372	-	-	-	-	274 099 372
Outros activos	2 469 078	-	-	-	-	2 469 078
Total	289 550 127	103 927	159 965	316 966	-	290 130 983
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	47 592 798	16 048 022	-	-	-	63 640 820
Disponibilidades de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	68 408 371	-	-	-	-	68 408 371
Total	116 001 169	16 048 022	-	-	-	132 049 191
Exposição líquida	173 548 957	(15 944 096)	159 965	316 966	-	158 081 792

Risco Operacional

A estratégia de gestão do risco operacional, alinhada com a estratégia global de gestão de risco, continua a ser estabelecida em conformidade com a declaração de apetência pelo risco do Microbanco, visando gerir o risco operacional, mantendo-o dentro dos níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração (CA), e mitigar outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objetivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares e é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo de Risco e Conformidade com atribuições específicas.

A Direção de Risco e Conformidade comporta a gestão do risco operacional através Unidade de Gestão Risco Operacional.

A nível de risco operacional trabalhou-se na consolidação dos processos e procedimentos, com foco na identificação e avaliação dos eventos de risco operacional e definição de planos de ação para reforço dos controlo e mitigação de impactos futuros.

Segurança da informação e ataques cibernéticos

O Sistema de Gestão de Segurança da Informação tem como objectivo proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação corporativa, além de conscientizar os envolvidos quanto às suas responsabilidades. Para garantir a segurança das informações e prevenir ataques cibernéticos, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Planos de continuidade de serviços, testados e auditados periodicamente; Segurança da informação e ataques cibernéticos
- Testes de vulnerabilidades;
- Infraestrutura de segurança para proteção das redes de comunicação, sistemas e aplicações;
- Controlo de acesso em sistemas e recursos de IT; e
- Auditorias periódicas (internas e externas) relacionadas ao tema

23. Acontecimentos após a data de balanço

Seguidamente, apresentam-se os eventos relevantes subsequentes a 31 de Dezembro de 2021, sendo convicção do Conselho de Administração e nos termos da IAS 10, que os mesmos não dão lugar a ajustamentos na posição financeira do MICROBANCO

CONFIANÇA, S.A. com referência a 31 de Dezembro de 2021:

O cenário macroeconómico, em 2021, ficou ainda marcado pela amplificação da propagação do vírus Sars-cov-2 (covid19) com novas variantes do vírus, levantando preocupações adicionais sobre o curso da economia. Apesar do elevado grau de incerteza quanto à extensão e profundidade desta crise, que impactou significativamente sobretudo a Província de Maputo a pessoas com situação de pobreza, os trabalhadores informais e os trabalhadores de setores cuja atividade exige um contacto permanente entre pessoas.

Devido a incerteza contínua à medida que a pandemia evolui, o grau de subjectividade e volatilidade das estimativas associadas é maior. Dessa forma, as estimativas incluem pressupostos que, caso se venham a concretizar de forma diferente, podem ter impacto nos valores aqui apresentados.

Em face deste contexto, as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, refletem a melhor avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos potenciais efeitos financeiros decorrentes desta pandemia, incluindo no que à valorização dos seus ativos e à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito, os quais não deixarão de ser

sujeitos a monitorização e revisão contínua ao longo deste período.

Com base na avaliação efectuada, a Administração é de opinião que a dúvida significativa associada às actuais incertezas relacionadas ao impacto do COVID-19 não resulta actualmente em incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar a exercer sua actividade e servir seus clientes. Poderá haver perdas de mercado significativas não concretizadas e efeitos adversos na avaliação de alguns instrumentos financeiros devidos sobretudo a choques pandémicos e volatilidade.

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento do Microbanco, nomeadamente:

- Ao Banco de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade, bem como a conjuntura económica do País, favorável ao desenvolvimento do nosso negócio;
- Ao Banco de Moçambique/KFW pelo **FUNDO DE SUBVENÇÃO** disponibilizado para resgate aos nossos clientes
- Aos Clientes pela confiança demonstrada;

- Aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestada;
- Ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente do ambiente de negócio do Microbanco;
- Aos Auditores CAT Consultores, pela colaboração prestada;
- Aos parceiros financeiros pela acessibilidade de fundos, compreensão demonstrada e pela colaboração prestada;
- Aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.

O Administrador Financeiro

Francisco Alfredo Cuamba

O Presidente do Conselho de Administração

Bernardo Luís Tembe

24. Anexos às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras de acordo com a circular 3/SHC/2007

Código de contas	DEBITO	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
79+80	Juros e Rendimentos Similares	148 635	133 282
66+67	Juros e Encargos Similares	5 273	7 433
	Margem Financeira	143 362	125 849
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	0	0
68	Encargos com Serviços e Comissões	(1 102)	(1 126)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+ 83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	1 365	(2 793)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901 +83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	(2 793)	(3 891)
	Produto Bancário	140 832	118 040
70	Custo com Pessoal	76 332	76 463
71	Gastos Gerais Administrativos	28 237	26 429
77	Amortização do Exercício	24 423	19 596
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidadas de Reposições e Anulações	0	0
760+7610+7618+7620+76210+76211+762 3+7624+7625 +7630+7631+ 765+ 766-870 -8720-8710 -871 8-87210 -87211 -8723-8724-8726 -8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	4 187	15 065
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Líquidos de reversões e Recuperações	0	0
	Resultado Antes de Impostos	7 653	(16 293)
65	Impostos Correntes	0	0
74-86	Impostos Diferidos	0	0
640	Resultados após Impostos	7 653	(16 293)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0
TOTAL		7,653	(16 293)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Código de contas	ACTIVO	31-Dec-2021			31-Dec-2020	Código de contas	PASSIVO	31-Dec-2021	31-Dec-2020
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	608	-	608	823	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	41,630	-	41,630	12,775	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	-	-
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	97 717	63,641
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	316,671	29,592	287,078.95	248,290	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	-	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	-	-
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	-	490	Passivos por Impostos correntes	-	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos deferidos	4 789	868
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	181,367	22,405	158,963	128,659	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangíveis	36,096	18,304	17,792	22,554	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	52 274	67,541
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
300	Activos por Impostos correntes	-	-	-	-	55	Capital	400 000	300,000
301	Activos por Impostos diferidos	100	-	100	-	602	Prémios de Emissão	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	40,749	-	40,749	3,436	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
						-56	Ações Próprias	-	-
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	-	780
						64	Resultado Transitado	(15 513)	-
						-63	Resultado do Exercício (Dividendos antecipados)	7 653	(16,293)
								-	-
TOTAL DO ACTIVO		617,221	70,300	546,921	416,537	TOTAL DO PASSIVO		546 921	416 537